

Relatório de Monitoramento da Guarda – Avaliação Trimestral

Processo n.º: 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 224 567 891, residente em Rua da Palma, 45-2.º Esq., 1150-268 Lisboa

Réu/Requerido: José António Pereira, NIF 231 098 754, residente em Avenida da República, 210, 4.º Dto., 4000-322 Porto

Mandatários:

- Dr. Ana Sofia Martins, OAB 12345, escritório em Rua das Flores, 12, 3.º Esq., 1050-123 Lisboa

- Dr. Luís Fernando Carvalho, OAB 67890, escritório em Rua de Santa Catarina, 78, 1.º Esq., 1200-096 Lisboa

Juiz de Direito: Juiz da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Data da elaboração: 12 de junho de 2026

1. Objetivo do Relatório

O presente relatório tem por finalidade **avaliar, de forma objetiva e fundamentada, a eficácia do regime de visitas supervisionadas estabelecido** pelo despacho de 15 de março de 2026, bem como identificar eventuais necessidades de ajuste, em conformidade com o princípio do melhor interesse da menor **Ana Sofia Pereira**, nascida a 3 de outubro de 2017.

2. Metodologia

Etapa	Descrição	Período de recolha	Responsável
2.1	Entrevista presencial com a menor	01 a 05 de maio de 2026	Assistente Social – Sra. Marta Ribeiro (CPS Lisboa)
2.2	Observação das sessões de visita supervisionada (local: Centro de Apoio à Família – Lisboa, Sala 3)	07 a 28 de maio de 2026	Psicólogo Infantil – Dr. João Silva (Ordem dos Psicólogos n.º 112233)
2.3	Análise dos registos de presença e relatórios de supervisão	01 a 31 de maio de 2026	Assistente Social – Sra. Marta Ribeiro
2.4	Recolha de declarações escritas dos pais e do mandatário judicial	02 a 30 de maio de 2026	Advogados dos litigantes

A informação foi recolhida em conformidade com o disposto no **Código de Processo Civil**, nomeadamente nos artigos 660.º a 665.º, referentes à produção de prova pericial e social.

3. Factos Relevantes Verificados

1. Frequência das Visitas

- O regime estabelecido prevê **visitas duas vezes por semana**, às terças e quintas, das 15h00 às 18h00, sob supervisão de um assistente social.
- O registo de presença indica **95 % de cumprimento** por parte do pai, com duas ausências justificadas por motivos profissionais (23 e 30 de maio).

2. Comportamento da Menor

- Durante as sessões observadas, a menor demonstrou **apreço e afeto** pelo pai, porém manifestou **ansiedade ao término da visita**, evidenciada por choros breves e necessidade de apoio da assistente social.
- Não foram identificados sinais de **abuso, negligência ou violência**.

3. Ambiente da Visita

- As visitas decorrem no **Centro de Apoio à Família**, espaço adequado, com mobiliário infantil e áreas de lazer.
- A supervisão tem sido exercida de forma **imparcial e respeitosa**, garantindo a segurança da menor.

4. Relação Escola-Família

- A menor tem frequência regular na Escola Básica do 2.º Grau de Lisboa (N.º 115), com **boas notas e participação em atividades extracurriculares** (desenho e balé).
- Não foram reportados conflitos entre a escola e a situação de guarda.

5. Comunicação entre os Pais

- O intercâmbio de informações sobre a menor tem sido **limitado**, ocorrendo predominantemente por meio de mensagens eletrônicas esporádicas.
- O pai tem demonstrado **disposição para melhorar a comunicação**, apresentando proposta de reunião mensal.

4. Análise Jurídica

Conforme o disposto no **artigo 1874.º do Código Civil**, o **melhor interesse da criança** deve prevalecer na fixação e alteração da guarda. Os factos acima descritos revelam:

- **Cumprimento substancial** do regime de visitas supervisionadas, corroborando a adequação da medida até ao presente momento.
- **Presença de ansiedade** no término das visitas, fenómeno esperado em situações de separação parental, mas que **não compromete** a segurança física ou psicológica da menor.
- **Ausência de indícios** de risco grave que justifiquem a revogação ou modificação drástica do regime.

Portanto, a manutenção do atual regime, com **eventuais ajustes** de comunicação e apoio psicossocial, atende aos requisitos legais e ao princípio da **proteção integral da criança**.

5. Conclusões e Recomendações

Conclusão	Recomendação
5.1	Manter o regime de visitas supervisionadas nas mesmas condições (dias, horários, local).
5.2	Implementar sessões de mediação familiar mensal, a cargo da Assistente Social, para melhorar a comunicação entre os progenitores.
5.3	Encaminhar a menor a acompanhamento psicológico bimestral, com o objetivo de monitorizar a ansiedade de separação e promover estratégias de coping.
5.4	Reavaliar o regime ao final de seis meses (30 de novembro de 2026), mediante novo relatório de monitoramento.

Conclusão	Recomendação
5.5	Reforçar a formação do pai em competências parentais, através de curso oferecido pelo Instituto da Família (n.º 07/2026).

6. Encaminhamentos

1. O presente relatório será **anexado** ao processo n.º 1234/2026 e remetido ao Juiz da Vara da Família e dos Menores de Lisboa.
2. A Assistente Social **notificará** as partes acerca das recomendações aqui contidas, mediante carta registada com aviso de receção, no prazo de cinco dias úteis.
3. O mandato dos advogados **continua** a representar os respetivos interesses, ficando à disposição do tribunal para eventual audiência de revisão.

Lisboa, 12 de junho de 2026

Marta Ribeiro – Assistente Social, Centro de Apoio à Família, Lisboa

Dr. João Silva – Psicólogo Infantil, Ordem dos Psicólogos n.º 112233

Dr. Ana Sofia Martins – Advogada (OA 12345)

Dr. Luís Fernando Carvalho – Advogado (OA 67890)